



# A memória da “Grande África” carioca

## The memory of greater carioca África

**Julia Neves Toledo**

Mestranda em História

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

julianevestoledo@gmail.com

**Bruna Stutz Klem**

Mestranda em História

Universidade Federal de Ouro Preto

brunastutzklem@hotmail.com

**Recebido em:** 15/08/2017

**Aprovado em:** 19/12/2017

**RESUMO:** Neste artigo indagamos sobre os contornos dissidentes da escravidão no Rio de Janeiro que são desenvolvidos de forma dogmática, conseqüentemente, pouco se reflete sobre a importância do dever de memória neste caso. As marcas solapadas do centro do Rio de Janeiro constata a obliteração dos resquícios escravocratas, os quais assegurariam viva a presença cultural do continente Africano na cidade. A partir de uma comparação de exemplos de outras partes do mundo buscamos investigar os modos de patrimonialização. Assim, analisaremos esse processo no Cais do Valongo, o maior porto de escravos da América Latina e todo o seu entorno, que tem sido edificado numa tentativa de reparação e preservação da memória da diáspora negra.

**PALAVRAS-CHAVE:** Patrimônio, Escravidão, Cais do Valongo.

**ABSTRACT:** In this article we inquire about the dissident outlines of slavery in Rio de Janeiro that are developed dogmatically, consequently few is reflected on the importance of memory duty in this case. The sidelined marks of the center of Rio de Janeiro that verify the obliteration of the slaveholding remnants, which would ensure the cultural presence of the African continent in the city. From a comparison of examples from other parts of the world we seek to investigate the sorts of patrimonialization. Thus, we will analyze this process in Cais do Valongo, the largest port of slaves in Latin America and all its surroundings, which has been built in an attempt to repair and preserve the memory of the african diaspora.

**KEYWORDS:** Patrimony, Slavery, Valongo Wharf.



## História e Memória: patrimonialização das memórias plurais

Com o intuito de compreender as disjunções presentes no processo histórico escravista carioca, analisaremos as diferentes construções da concepção de memória e as especificidades que circundam a investigação sobre patrimônio relacionado aos passados traumáticos vividos pela sociedade no fim da década de 1990 e que contribuíram para nossa reflexão proposta. Muito já foi produzido sobre a temática em torno de pesquisadores que emergiram seus estudos de formas bem diferentes, mas que formam uma base teórica que molda nosso artigo.

Manoel Salgado Guimarães, no artigo intitulado *História, Memória e Patrimônio*, tem por argumento central a reflexão sobre patrimônio enquanto uma forma de escrita do passado. De acordo com o autor, o estudo do patrimônio só pode ser compreendido a partir de sua vinculação com as problemáticas atuais que definem interesses específicos com relação ao passado. Portanto, refletir sobre o patrimônio pode e deve ser umas das preocupações do campo historiográfico, submetendo-o a uma investigação que sublinhe a dimensão histórica de sua invenção.<sup>1</sup>

O interesse contemporâneo pelo patrimônio é reflexo, segundo Manoel Salgado, da emergência do novo regime emocional na escrita da história e deve ser interpretado segundo demandas próprias à sociedade contemporânea: “É a partir desse novo regime emocional que novas escritas se tornam possíveis e necessárias, assim como novas formas de patrimonialização são demandadas”.<sup>2</sup>

O autor sugere que a reflexão em torno do patrimônio deve ser compreendida em suas estreitas vinculações com o trabalho de produzir narrativas sobre o passado, ofício que certamente os historiadores, mas não somente e também não exclusivamente, se dedicam. O patrimônio é também uma escrita do passado e supõe uma relação com o tempo e seu transcurso.

O argumento que procuro defender é o de que uma reflexão em torno do patrimônio, definitivamente parte das agendas políticas contemporâneas, deve aproximar-se de uma investigação acerca da escrita da história, na medida em que podemos caracterizar o investimento patrimonial como uma escrita peculiar empenhada em narrar o tempo passado, segundo procedimentos também particulares.<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup>GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História, memória e patrimônio. **Universidade e lugares de memória**. Rio de Janeiro: UFRJ, Fórum de Ciência e Cultura, Sistema de Bibliotecas e Informação, 2008, p.97.

<sup>2</sup>\_\_\_\_\_. História, memória e patrimônio, p. 98.

<sup>3</sup> GUIMARÃES. História, memória e patrimônio, p.100.



Em suma, Manoel Salgado afirma que refletir sobre o patrimônio significa, igualmente, pensar nas formas sociais de culturalização do tempo, próprias a toda e qualquer sociedade humana. Para além disso, o patrimônio é um uso pretendido desse passado. A grande problemática desses estudos é, portanto, pensar os diferentes modos pelos quais os restos materiais do passado vieram a ser tratados sob a forma de patrimônio histórico em determinado presente.

Para refletirmos sobre os usos e abusos da memória não podemos nos esquecer de que ela é resultado de um diálogo contínuo, uma relação em movimento com outros dois termos: a cultura e o tempo. Também não é possível falar de memória sem falar de história. A memória é uma operação do presente e que lida com o passado como matéria-prima, um tempo pretérito que será, constantemente, reconstruído, reinventado, a partir de uma experiência sensorial e afetiva.<sup>4</sup>

Dessa forma, o tempo da memória é o presente. É preciso ressaltar também que a memória é multifacetada: ela está nos museus, nas artes plásticas, nas fotografias, nas esculturas, nos bordados, nos túmulos, no afeto, em pequenos objetos dos nossos antepassados – as relíquias. São todos fragmentos de uma época, que refletem uma escrita da memória e que pertencem a um tempo que não é mais o nosso, a um passado que é um país estrangeiro. A incerteza sobre o passado nos leva a crer que tudo ocorreu conforme foi documentado, mas esse passado nunca pode ser tão conhecido como o presente.

O conceito de memória, como afirma Jacques Le Goff, no verbete da enciclopédia Einaudi, é crucial. O autor nos mostra a conotação política que o termo apresenta. Como ele afirma, a história é uma forma poderosa de memória e que pode servir ao poder.<sup>5</sup> Para Le Goff, a memória não se opõe ao esquecimento: pelo contrário, o esquecimento faz parte dessa memória que é construída, reinventada. A autora Marieta de Moraes Ferreira, no artigo *Oralidade e memória em projetos testemunhais*<sup>6</sup>, também assinala que esquecer é uma das faces da memória, estudar o que é esquecido e o que é lembrado são elementos fundamentais para uma maior compreensão e entendimento do presente.

---

<sup>4</sup> FRIAS, Ana Cristina Figueiredo de. Mídia, Memória e História. **Mnemosine Revista**, Campina Grande, v. 1, n. 1, p. 153-167, jan./jun. 2010.

<sup>5</sup> LE GOFF, Jacques. Memória. **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

<sup>6</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. Oralidade e memória em projetos testemunhais. **História e linguagens: texto, imagem, oralidade e representações**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, p. 201.



O alemão Andreas Huyssen, professor da Universidade Columbia, crítico de arte e autor do livro *Culturas do passado-presente*<sup>7</sup>, afirma que o ponto de contato está na forma como os artistas lidam com a memória a partir dos traumas históricos de períodos ligados ao Holocausto, à II Guerra Mundial, à Guerra Fria, às Ditaduras na América Latina e ao Genocídio. As obras selecionadas seguem contextos nacionais, não existindo entre elas algum tipo de padrão pré-estabelecido. Como aspecto geral, ele se orienta pelo pressuposto da globalização do modernismo e da política da memória, sem ter criado um modernismo global único ou uma cultura global da memória dos direitos humanos.

Em sua perspectiva sobre memória, o objetivo é o de dar um lugar para a memória nas artes, na política e na defesa dos direitos humanos e de servir de alerta para o perigo do processo de instrumentalização da memória, passível de ser transformada em um produto da indústria cultural, uma vez que ela pode ser manipulada e nem sempre apresenta características positivas, podendo estar a serviço das ideologias mais radicais ou sujeita aos abusos políticos e econômicos.

Vale ressaltar que cada vez mais são erguidos monumentos, memoriais, museus, arquivos, ou seja, surgem a cada dia instituições que valorizam o passado. É dentro desse contexto que Andreas Huyssen, como leitor atento de Walter Benjamin, observa a emergência da memória como uma das preocupações culturais e políticas das sociedades ocidentais, contemporâneas, pós-industriais e pós-modernas. E assim, a memória é compreendida como um elemento importante do novo pensamento sobre a história e é vista não mais como representação do passado, mas como a apresentação dele.

A abordagem apresentada por Huyssen traz uma combinação de estudos culturais com aspectos sociológicos, econômicos e levanta questões políticas envolvendo os direitos humanos e a sociedade civil, comunidades imaginadas e o papel da religião, do gênero e da subalternidade. Segundo o autor, além da memória ter se tornado uma mercadoria de circulação nos meios de comunicação de massa, também houve o nascimento de uma cultura da memória com a queda do muro de Berlim, o fim das ditaduras latino-americanas e o fim do *apartheid* na África do Sul, assim como houve um impacto dessa nova mídia na percepção e na sensibilidade humana. Para Huyssen, em suma, vivemos numa era de explosão da informação e da comercialização da memória. Diante desse cenário, lidamos com o perigo do esquecimento como estratégias de sobrevivência de rememoração pública e privada, mas todas essas formas de recordar podem ser transitórias e incompletas, e ainda não alcançar uma forma absoluta de memória.

---

<sup>7</sup> HUYSSSEN, Andreas. **Culturas do Passado Presente**: modernismos, artes visuais, políticas da memória. Rio de Janeiro: Contraponto/Museu de Arte do Rio, 2014.



## **Cultura de memória: tarefa de memorialização**

A relação entre história e memória é de disputa em cada local, pode assumir faces diferentes que, no entanto, aparecem em espaços públicos através das estátuas, monumentos, museus e outras configurações que fazem parte da construção de tipos memória dos seus habitantes. Na década de 1980 ampliou-se o debate público com foco nas pesquisas transnacionais que tratam do tema da memória que trouxemos ao cerne da questão. Este debate foi acompanhado especialmente de uma memória traumática, levando em consideração uma dada melancolia que zelava pela rememoração de tragédias passadas.

No ensaio *A Cultura da Memória em um impasse: memoriais em Berlim e Nova York*, Huyssen escreve numa conjuntura de cristalização de uma política global dos memoriais, possivelmente instigado pelo uso da memória como mercadoria em circulação pela indústria cultural. O autor analisa o projeto memorial de Berlim e o de Nova York, que lidam com públicos muito diferentes:

O memorial em Berlim tem a ver com o reconhecimento da história alemã perante o mundo, aliado a um compromisso nacional com a memória popular. O memorial de Nova York tem a ver com a política atual e com lembranças particulares, que estão em franco conflito; eu diria que também tem a ver com a evitação da história (HUYSEN, 2014, p. 143).

Os exemplos citados de Berlim e Nova York estão inseridos na cultura de memória desenvolvida nos últimos quinze a vinte anos. Nesse período, as histórias traumáticas e os discursos de todo tipo sobre a vitimização ganharam espaço nas manchetes da mídia e no debate popular, bem como nas práticas artísticas e na pesquisa acadêmica. Em junho de 1999, o parlamento alemão aprovou a construção do Memorial do Holocausto próximo ao Portão de Brandenburgo.

O projeto vencedor para o Memorial do Holocausto foi do arquiteto americano Peter Eisenman. Em 10 de maio de 2005 o monumento foi inaugurado, fazendo parte das celebrações dos 60 anos do fim da Segunda Guerra Mundial, e dois dias depois foi aberto ao público. O memorial foi construído numa área de 19.000 metros quadrados que antes fazia parte da “faixa da morte” quando o muro de Berlim existia. O monumento consiste de 2.711 blocos de concreto cinza escuro, quase preto, distribuídos em fileiras paralelas sob uma superfície ondulada. Estes blocos são sóbrios, não contém nenhum texto, nome ou foto.



O Memorial 11 de Setembro em Nova York é o nome do monumento construído no Marco Zero para homenagear as vítimas dos ataques ao World Trade Center (WTC) em 2001 – e o que algumas pessoas não sabem: também para as vítimas do ataque ao WTC em 26 de fevereiro de 1993. Ao todo, cerca de 3.000 pessoas perderam suas vidas por causa dos ataques ao World Trade Center. Todos os seus nomes estão gravados em bronze nos dois espelhos d'água que formam o núcleo do memorial. A piscina norte e a piscina sul foram construídas nos pontos exatos onde ficavam as Torres Gêmeas, ele está aberto ao público desde 11 de setembro de 2011. Porém, na escrita da obra é importante notar que Huyssen fala ainda sobre os projetos apresentados para a futura construção do Memorial de Nova York, já que ele ainda não existia.

Susan Sontag, ensaísta, crítica e ativista norte-americana que publica *Diante da dor dos outros* em 2003<sup>8</sup>, obra que é composta por tópicos analisam a evolução da iconografia do sofrimento, afirma que toda memória é individual e não pode ser reproduzida. Por essa razão, não existiria “memória coletiva” e sim uma “instrução coletiva”, onde não haveria rememoração, mas algo estipulado por alguém, dessa forma: isso é importante e foi assim que aconteceu.

Sontag também relata que nos Estados Unidos é comum esconderem as imagens que mostram os estragos de suas guerras, ainda que possuam um museu com crimes praticados no exterior por outros países, como o Museu do Holocausto, por exemplo. Nesse mesmo sentido, a cobertura da mídia dos Estados Unidos após o atentado às Torres Gêmeas também é criticada por Sontag. As imagens apresentadas nos principais jornais americanos, por determinação do Estado, não mostravam os corpos encontrados nos escombros para evitar mais sofrimento aos familiares das vítimas: apenas um jornal sensacionalista publicou uma mão mutilada sobre os destroços do atentado. Do ponto de vista da autora, isso seria um paradoxo, uma vez que o mesmo país que exalta o exótico e explora a dor dos outros, respeita moralmente seus cidadãos.

O âmagô entre Berlim e Nova York reflete principalmente a tensão existente entre as temporalidades na relação com os traumas, numa incessante busca por aperfeiçoar essa relação, mas existe essa fórmula? Em Berlim o monumento foi erigido mais de cinquenta anos depois do Holocausto, e se insere na pós-história da unificação e na luta alemã de décadas para lembrar as vítimas do Terceiro Reich da forma mais honrada possível. O debate sobre o memorial de Nova York começou no dia seguinte ao acontecimento, misturando o luto de esfera pública e privada.

---

<sup>8</sup> SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2003.



Entre os exemplos de memoriais ao redor do mundo, raramente temos algum que consolide uma memória da presença africana. Sobre esse assunto, Ana Lucia Araújo escreveu um artigo em que buscou analisar a reconstrução de diferentes memórias do passado escravista. Um desses memoriais está na *Rota dos Escravos*, na cidade de Ajudá, litoral ocidental da atual República do Benim: depois de Angola, este foi o mais importante porto escravista do continente africano.

Mediante o incentivo de vários organismos oficiais, como a UNESCO, o governo do país e os membros da elite beninense, uniram-se os esforços para a tentativa de patrimonialização das heranças da escravidão e do tráfico atlântico. Como diz a autora, “(...) estudar a memória da escravidão significa trabalhar na ausência da figura da testemunha, aquela que viveu a experiência dos fatos narrados”.<sup>9</sup> Por esse motivo, Araújo utiliza o termo *de pós-memória*, pois ela se manifesta em outras gerações.

Esse entroncamento dos projetos *Rota do Escravo* e *Ajudá 92* tinha como objetivo a promoção do turismo cultural na região e o desenvolvimento dessa atividade econômica. A proposta consiste em um percurso de múltiplas representações da escravidão e dos africanos escravizados em que os turistas e visitantes se deslocariam em um espaço que permitisse várias interpretações das experiências passadas. Trata-se de um possível produto de memória que se baseia na reedificação de um lugar para rememoração de testemunhas ausentes, a fim de simbolizar o papel dos africanos escravizados na construção do Novo Mundo.

O único monumento construído no quadro do projeto Rota do Escravo desenvolvido pela UNESCO é o Portão do não-retorno. Situado na praia, no fim da Rota dos Escravos, o imponente portão foi inaugurado no mês de novembro de 1995. O monumento, concebido e decorado pelo artista Fortuné Bandeira, segue uma estética monumental à moda soviética, simbolizando o lugar onde os cativos eram embarcados em direção às Américas. (...) Mais uma vez, essas representações enfatizam a imagem do escravo como bem móvel ou como vítima sem vontade própria.<sup>10</sup>

### **Construção de uma Memória da Escravidão no Rio de Janeiro: Cais do Valongo**

---

<sup>9</sup> ARAÚJO, Ana Lucia. Caminhos atlânticos: memória e representações da escravidão nos monumentos e memoriais da Rota dos escravos. *Varia História* 25, nº 41, 2009, p. 129-148.

<sup>10</sup> ARAÚJO. Caminhos atlânticos: memória e representações da escravidão nos monumentos e memoriais da Rota dos escravos, p.145.



A partir das reflexões analisadas até então, pretendemos compreender as ressonâncias da patrimonialização do Cais do Valongo, localizado no centro do Rio de Janeiro, enquanto um *lugar de memória*.<sup>11</sup> Isso tudo no contexto do projeto Porto Maravilha, que influencia de maneira política o plano de valorização do Cais do Valongo, plano este que une o trabalho interdisciplinar da história, memória, arqueologia, antropologia e os testemunhos dos moradores na área.

Situado na zona portuária do Rio de Janeiro, mais precisamente na Avenida Barão de Tefé, no bairro da Saúde, o Cais do Valongo ganhou visibilidade no projeto conduzido pela prefeitura em 2011. No entanto, segundo as informações obtidas até o presente momento, foi a partir da demanda de pesquisadores junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e à Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (Cdurp), apoiados em dados históricos que estimavam a localização do Cais da Imperatriz, que a Prefeitura aceitou interromper as obras do projeto Porto Maravilha no local para preservar o sítio arqueológico encontrado em meio às escavações.

De fato, na Praça do Comércio há uma placa um pouco enferrujada, fixada em uma espécie de obelisco, onde se lê: “Neste local existiu o Cais da Imperatriz”. Em 1843, o antigo Cais do Valongo foi alargado e embelezado para receber a futura imperatriz Teresa Cristina que chegava para se casar com D. Pedro II. Segundo essas informações fixadas no local, o Cais do Valongo foi a porta de entrada no Brasil de cerca de 1 milhão de africanos escravizados, vindos em sua maioria, de Angola e do Congo. Aterrado em 1911, o cais foi redescoberto um século depois. A partir dessas indicações históricas já existentes seria possível lembrar que por debaixo deste sítio, soterrado, se encontrava o Cais do Valongo.

O cais formado por uma rampa calçada por pedras irregulares, o chamado “pé de moleque”, datada da primeira construção, realizada em 1811. Com a sua redescoberta e por meio de pesquisas arqueológicas, o Cais do Valongo pode ser observado na primeira e mais profunda camada do sítio arqueológico. Sobre esta camada podem ser vistos vestígios do que restou do Cais da Imperatriz, formado pela muralha e píer de pedras talhadas em tamanhos variados, e pelos trechos calçados com paralelepípedos.

---

<sup>11</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, p. 07-28, dezembro de 1993.



O sítio arqueológico do Cais do Valongo é considerado o mais importante vestígio material fora do continente da África do tráfico atlântico de africanos escravizados, expressando o material e simbolicamente um local que representa o registro da ação criminosa contra a humanidade. Estima-se que, nos mais de 300 anos de tráfico, cerca de 4 milhões de africanos escravizados desembarcaram em portos brasileiros sendo mais da metade no Rio de Janeiro. Só no Valongo, estima-se que tenham passado cerca de 1 milhão.

Alberto da Costa e Silva no documentário *Cais do Valongo*<sup>12</sup> discorre sobre os motivos que levaram ao deslocamento do porto de escravos para a região do Valongo. O historiador afirma que havia um mal estar na rua Direita (atual rua Primeiro de Março), devido à forte presença da escravidão em função da venda de africanos escravizados ali realizada. Inicialmente, o porto do Rio de Janeiro funcionava no Largo do Paço, atual Praça XV — a proximidade da residência temporária de D. João VI e da Família Real no Paço Imperial onde havia a circulação de africanos escravizados desnudos e doentes, teria sido um dos principais motivos que justificaram a construção do Cais do Valongo.

No local onde hoje é a Casa França Brasil, antigamente funcionava a alfândega do Rio de Janeiro. Era nesse local que se realizavam os leilões de escravos, ainda que os médicos da época defendessem que este comércio de escravos no centro da cidade era prejudicial à saúde pública. Os objetivos alegados da transferência teriam sido, principalmente, afastar os horrores da escravidão e a sua insalubridade, do local de circulação da nobreza estabelecendo-o então nas margens da cidade.

O marquês do Lavradio foi responsável por ordenar que os escravos passassem a desembarcar no Valongo. A denominação do local vem da própria geografia, que se referia ao longo vale formado entre a parte de trás do Morro da Conceição e o Morro do Livramento: por isso, Valongo. Esse trecho, anteriormente denominado de Rua do Valongo (hoje é a Rua Camerino), foi o local onde se passou a realizar a venda de africanos escravizados.

De acordo com o documentário: *Olhares Sobre o Valongo – A História e a Memória em Torno do Patrimônio*<sup>13</sup>, foi a partir do Cais do Valongo que se desenvolveu uma complexa vida econômica e social na região, com as lojas de venda de escravos e de artigos diversos, de interesse dos africanos que chegavam ao Rio de Janeiro dentro da dinâmica do tráfico sem necessariamente serem escravos.

<sup>12</sup> Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=jOkjURCafs> >. Acesso em: 06 dez.2016.

<sup>13</sup> Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=g5IEUTiWsFU> >. Acesso em: 6 dez. 2016.



Essa dinâmica só muda a partir da Lei de 1831<sup>14</sup>, que penaliza todos os envolvidos no processo do tráfico, e o coloca na ilegalidade, bem como provoca a desativação do Cais do Valongo e de todo o complexo estruturado para comércio no desembarque de escravos na costa brasileira, e cria uma nova rede de desembarque através de outros portos. De acordo com o autor Marcus de Carvalho<sup>15</sup>, que traz o profícuo debate acerca da estruturação de desembarque dos africanos pós-1831, é possível compreender as transformações causadas pela lei, como a estruturação em locais ermos do imenso litoral do Brasil de portos naturais que serviram para a chegada de navios e para a distribuição de cativos. O dinheiro do tráfico beneficiava muita gente, mas alguns medos aos poucos foram atingindo a população, como o de rebeliões escravas, e o contágio de doenças. Segundo o autor, também nascia, ainda retraída, a consciência de que a escravidão era um mal que devia ser erradicado.

Milton Guran, antropólogo e representante brasileiro no comitê científico internacional da Rota do Escravo, coordenou várias pesquisas na região do Valongo e é um dos responsáveis pelo projeto encaminhado à Unesco de transformação do sítio arqueológico do Cais do Valongo em Patrimônio da Humanidade<sup>16</sup>. Segundo Guran,

O grande valor do Valongo é simbólico, e esse valor simbólico do Valongo tem que ganhar densidade e visibilidade em um memorial da celebração da herança africana, porque no Brasil não temos nenhum museu para isso. O Estado brasileiro, em nenhuma instância, federal, estadual ou municipal, criou um museu que tratasse da questão da presença africana no Brasil, isso é um absurdo! Pelo amor de Deus!<sup>17</sup>

Milton Guran defende o Cais do Valongo como um lugar de memória da diáspora. O que observamos é que entre os diversos lugares da memória da escravidão no Rio de Janeiro, alguns pesquisadores destacam três, como os pilares do complexo escravagista que ali existiu: o Cais do Valongo, o Cemitério dos Pretos Novos e a Pedra do Sal.

---

<sup>14</sup> A lei de 1831 foi a primeira a proibir a importação de escravos no Brasil, além de declarar livres todos os escravos trazidos para terras brasileiras a partir daquela data.

<sup>15</sup> CARVALHO, Marcus J. M. de. O Desembarque nas praias: o funcionamento do tráfico de escravos depois de 1831. **Revista de História**: São Paulo. n 167, p.223-260, julho/dezembro 2012.

<sup>16</sup> Dossiê enviado a UNESCO de candidatura do Cais do Valongo a Patrimônio da Humanidade. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie\\_Cais\\_do\\_Valongoversao\\_Portugues.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_Cais_do_Valongoversao_Portugues.pdf)>. Acesso em: 7 de dez. 2016.

<sup>17</sup> Olhares Sobre o Valongo – A História e a Memória em Torno do Patrimônio. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=g5IEUTiWsFU>>. Acesso em: 6 dez. 2016.



Cláudio Honorato, historiador e pesquisador do Instituto dos Pretos Novos, afirma que esses três lugares são emblemáticos. O Cais do Valongo como o local de chegada, o Cemitério dos Pretos Novos como o local onde aqueles que não resistiam eram enterrados e a Pedra do Sal como o local da festa, da celebração da religião. O denominado Cemitério dos Pretos Novos foi entre o final do século XVIII e início do século XIX, um barracão do antigo mercado negreiro localizado no Valongo, faixa do litoral carioca que ia da Prainha à Gamboa. O barracão era situado na Rua do Cemitério (atual Rua Pedro Ernesto). No mercado negreiro do Valongo, eram "depositados" todos os africanos escravizados que chegavam das longas viagens dos navios negreiros. Os africanos recém-desembarcados eram chamados de "pretos novos".<sup>18</sup>

Nestas longas viagens, praticamente grande parte dos africanos que chegavam à então colônia portuguesa encontrava-se muito debilitado. Uma porcentagem significativa destes cativos imigrantes morria em seus primeiros dias de Brasil e seus corpos eram enterrados dentro de barracões ou nos arredores do mercado. Tal espaço de enterro dos escravos substituiu o largo de Santa Rita, no Centro da cidade, que era o local onde, anteriormente, eram enterrados os escravos. Calcula-se que foram enterrados, no Cemitério dos Pretos Novos, pelo menos entre 20.000 e 30.000 escravos. Nos seus últimos seis anos de funcionamento, a média de enterros no Cemitério dos Pretos Novos foi superior a mil enterros por ano.

A Pedra do Sal, monumento histórico e religioso localizado no bairro da Saúde, próximo ao largo da Prainha, é onde se encontra a comunidade remanescentes de quilombos da Pedra do Sal. O local também foi tombado em 20 de novembro de 1984 pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural. Local. De especial importância para a cultura negra carioca e para os amantes do samba e do choro, a Pedra do Sal, pode ser considerada como o núcleo simbólico da região chamada de Pequena África, que era repleta de zungus, casas coletivas ocupadas por africanos escravizados, hoje são reconhecidas como quilombo urbano. Além disso, o local possui forte valor simbólico para a cidade e para a cultura afro-brasileira, pois ali se considera que nasceu o samba e parte de referências da capoeira, atualmente é nesse lugar que acontece o tradicional samba da Pedra do Sal, importante forma de preservar o local enquanto espaço representativo da resistência da população negra e de suas expressões culturais.

Juntos, esses três locais formam um complexo que remete à memória da escravidão e da diáspora, conhecido como Pequena África, representativo da grande presença africana no Brasil até os dias de hoje, sendo indissociável da própria cultura brasileira: a grande África carioca.

---

<sup>18</sup> HONORATO, Claudio de Paula. Valongo: o mercado de escravos do Rio de Janeiro, 1758 a 1831. Niterói: EdUFF, 2008.



## Considerações finais

A partir de questionamentos em comum, esse artigo surgiu na tentativa de compreender o desaparecimento da presença africana no Rio de Janeiro. O Cais do Valongo, redescoberto há menos de dez anos, quando a cidade passava por uma reestruturação motivada pelas Olimpíadas de 2016, revelou artefatos e estruturas ligadas à escravidão nesse importante local de presença massiva dos africanos escravizados

O Rio de Janeiro foi a cidade que mais recebeu africanos escravizados no mundo. De acordo com o <http://www.slavevoyages.org/><sup>19</sup>, dos 2.643.356 desembarques entre 1811 e 1888, 1.792.735 foram no Brasil. Porém, ela ainda esconde seu passado escravista e o sangue negro derramado por toda parte de suas ruas. Rememorar isso faz parte do reconhecimento desta presença, tendo em vista que a história e a cultura da população negra também são parte da construção da cidade.

A relação com o passado escravista é fortemente marcada pela presença do racismo na sociedade brasileira. Isso justifica a necessidade de trazer ao debate público a história da escravidão, de modo a superar a naturalização com a qual ela é encarada. Nesse sentido, o Decreto Municipal nº 42.929, de 10 de março de 2017<sup>20</sup>, ao criar um grupo de trabalho para apresentar um plano de ação<sup>21</sup> cujo objetivo é o de colaborar com a criação do Museu da Escravidão e da Liberdade na zona portuária, vai ao encontro dessa necessidade.

Compreendemos que não existe forma fixa abordar a memória, nem ideal. Porém, a imprescindibilidade de criticar tal tipo de ação como a criação de um museu com iniciais MEL parece sensata partindo de historiadoras que vivenciam esses espaços citados e tentam investigar como enredar essa história de africanos escravizados vindos numa comoção nacional. Esse é um desafio que tentamos compreender, que tipo de relação construímos com o nosso passado fortemente escravagista? Quais os impactos do nosso passado no nosso presente? O que precisamos para o futuro?

---

<sup>19</sup> Disponível em <<http://www.slavevoyages.org/>>. Acesso 15 dez. 2017

<sup>20</sup> Disponível em: <[https://leismunicipais.com.br/a1/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/2017/4293/42929/decreto\\_-n-42929-2017-cria-grupo-de-trabalho-para-apresentar-plano-de-acao-para-colaborar-com-a-criacao-do-museu-da-escravidao-e-da-liberdade-na-regiao-portuaria-na-forma-que-menciona](https://leismunicipais.com.br/a1/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/2017/4293/42929/decreto_-n-42929-2017-cria-grupo-de-trabalho-para-apresentar-plano-de-acao-para-colaborar-com-a-criacao-do-museu-da-escravidao-e-da-liberdade-na-regiao-portuaria-na-forma-que-menciona)>. Acesso em 24 de out. 2017.

<sup>21</sup> Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/91277/4187002/NilcemarposseGT.pdf>>. Acesso em 24 de out. 2017.



No dia 10 de julho de 2017, o Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO declarou o Cais do Valongo como Patrimônio da Humanidade. O Cais do Valongo agora está na mesma lista da cidade de Hiroshima, no Japão, e do campo de concentração de Auschwitz, na Polônia, segundo o portal de notícias UOL, sendo eles classificados como locais de memória e sofrimento.<sup>22</sup>

Este foi um marco importante no que diz respeito à memória dos africanos escravizados no Brasil, considerando que não existe uma escala de dor, sofrimento ou trauma vivenciado por uma sociedade. Porém, ainda há um passado enterrado que precisa, o quanto antes, ser recuperado a ponto de identificar os vestígios deixados pela escravidão na cidade do Rio de Janeiro pelas pessoas que ali circulam. O imediato dever é de rememoração do passado escravista, corroborando com a necessidade de se trazer ao debate público essa história de sofrimento que ainda é tão preterida.

---

<sup>22</sup>Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/07/09/unesco-declara-cais-do-valongo-patrimonio-da-humanidade.htm>>. Acesso em 01 ago. 2017.